

MINUTA**- ATA -****98ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DA BACIA DRENANTE às LAGOAS COSTEIRAS**

DATA: 31/07/2019 – de 09h45min às 11h40min

COORDENADOR: Luiz Edmundo de Andrade - CCBT -- RELATOR: Marcia Giannini (SMAC)

Membros da Câmara Técnica	Comparecimento
1- CCBT	Luiz Edmundo de Andrade (COORDENADOR)
2- SMAC	Marcia Giannini (RELATOR)
3- SEA/INEA	Luiz Constantino da Silva Jr.
4- Sub. S. Lagunar de Jacarepaguá	Vera Chevalier
5- Sub. S. Lagunar de Jacarepaguá	Verônica Beck
6- CEDAE	Leonardo Abreu Canto
7- SMAC	Vladimir Fernandes
Convidados	
8- SMAC	Salvador Benevides
9- Ecomarapendi	Cynthia Souza
10- Rio Ambiental	Diego Rosas
11- Rio Ambiental	Denise Mattos
12- Rio Ambiental	Carolina Franklin
13- Rio Ambiental	Anderson Benac
14- Rio Ambiental	Maria Augusta
13- No meu quintal tem uma Lagoa	Cristina Portella
14 - SMAC	Augusto Cardoso

Assuntos abordados:

A reunião iniciou-se às 9:45 horas com o Coordenador Luiz Edmundo convocando a todos para estarem presentes na próxima Reunião Plenária no dia 13 de agosto, onde ele não poderá comparecer, tendo em vista o interesse desta Câmara nos assuntos que serão tratados. O item 12 da Pauta é o Parecer e Minuta de Indicação que foi elaborado e aprovado nesta CT em conjunto com a CT de Unidade de Conservação para votação no Plenário do Consemac e que trata sobre a criação de duas Unidades de Conservação na região das Vargens, pedindo para que o Secretário tome as providências, com a maior urgência possível por se tratar de área sujeita a grande pressão. Também será apresentado para aprovação dos Conselheiros, um assunto correlato que é o Parecer elaborado pela CT de UC sobre o Estudo dos técnicos da SMAC que identificou as ARIAs (áreas de relevante interesse ambiental) que foram indicadas para proteção e que complementa o Parecer da CT sobre Vargens. Este Parecer solicita que a prefeitura passe a considerar estas 12 ARIAs como uma espécie de “reserva de área”, dando prioridade ao viés ambiental nas análises destas áreas no Planejamento urbanístico e Estratégico da cidade, enquanto elas não passarem por todo o processo de 12 etapas que culmina com a criação de Unidade de Conservação, de modo que seja garantida a destinação futura dessas áreas. Dentre elas está a ARIA das Vargens, mesma área onde também há o Parecer para criação das Unidades de Conservação. O terceiro Parecer desta Câmara Técnica que está na Pauta é o que versa sobre a realização de Estudos Técnicos sobre a capacidade de suporte ambiental das Lagoas Costeiras de Jacarepaguá quanto ao transporte hidroviário. O transporte é realizado hoje em dia de modo irregular e o que se deseja é que os Estudos venham a subsidiar quanto ao tipo, quantidade, calado deste tipo de transporte e capacidade da área em receber esse transporte, principalmente levando em consideração que a Lagoa de Marapendi é uma Unidade de Conservação. Sem esses Estudos, o transporte hidroviário pode vir a causar algum tipo de dano.

Luiz Edmundo relata também as reivindicações que foram feitas à secretaria do Consemac relativas à equipamento de apoio e que parece que serão atendidas, por exemplo, equipamento de gravação das reuniões, caixa de som e lap-top.

Luís Edmundo relata para conhecimento dos membros da Câmara Técnica das lagoas Costeiras, já que as atividades do subcomitê da Bacia do sistema lagunar de Jacarepaguá tem uma correlação com os trabalhos da Câmara Técnica, que os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos que haviam sido arrestados pela justiça devido à crise financeira do Estado do Rio estão sendo devolvidos paulatinamente para o Subcomitê a pedido do Ministério Público e INEA e estão gerando aporte de verbas para execução dos projetos do Subcomitê. E que estão em curso atividades de Grupos de Trabalho temáticos para o planejamento e para orientar a aprovação dos projetos que serão apoiados do Subcomitê (tem direito a 10% dos recursos destinados ao Comitê).

Luiz Edmundo agradece a presença do Engenheiro Florestal Salvador Benevides que em seguida apresenta o “Programa Municipal de Controle de Espécies Exóticas Invasoras”.

Salvador apresenta um breve currículo, entrou na SMAC pelo concurso de 1996; trabalhou 2 anos no Licenciamento e Fiscalização; cuidou de processos de remoção de vegetação; participou do processo de criação das APAs da Serra da Capoeira Grande e Silvério, em Guaratiba e da APA das Tabebuias, na Baixada de Jacarepaguá; trabalhou no escritório técnico com fiscalização e com as medidas compensatórias geradas pelos processos de licenciamento. Salvador relata que uma das primeiras áreas que foi restaurada com essas verbas foi área na Colônia Juliano Moreira, o Morro do Outeiro com 5 hectares, já de propriedade do município, e que se encontra atualmente em excelente estado e pronta para virar um Parque. Em 2010 relata que veio para a Coordenadoria de Recuperação Ambiental e tem conduzido projetos que envolvem medidas compensatórias oriundas do licenciamento. O trabalho com espécies exóticas vem sendo conduzido desde quando trabalhava no escritório técnico. Tem um projeto de aproveitamento da área da colônia Juliano Moreira usando em cooperação com a Comlurb para produção de composto orgânico e aproveitamento de madeira, e também colaborou em projeto de produção de nos viveiros municipais de mudas de espécies raras, ameaçadas e clímax de Mata Atlântica para que elas se tornem mais comuns, numa produção em escala para doação e disseminação para a sociedade.

Iniciando a apresentação, Salvador explica que atualmente, a Coordenadoria de Áreas Verdes está trabalhando na ativação definitiva do “Programa Municipal de Controle de Espécies Exóticas Invasoras”. O Programa já existe por Decreto e já tem Resoluções orientando os procedimentos, mas não foi plenamente assumido pela SMAC. O Rio vive uma infestação de espécies exóticas de flora e fauna que é o segundo maior fator de perda de biodiversidade no mundo, criando uma falha no funcionamento do ecossistema. Já existem listagens de espécies de fauna e de flora exóticas invasoras no município. Temos perdido diversas espécies no Rio de Janeiro devido a várias razões, perda por extrativismo, extinção de ecossistema, ruídos da cidade e competição com as espécies exóticas.

Salvador esclarece que nas margens das Lagunas de Jacarepaguá, as espécies exóticas mais disseminadas são: leucena, algodoeiro do brejo, casuarina e amendoeira. Em termos de fauna o mais grave é a invasão por Tilápias. O sagüi é um problema em todo o Estado. Temos cães e gatos em Unidades de Conservação, e também o problema das jaqueiras no Parque da Tijuca e leucenas de modo generalizado pela cidade. Explica que quando as exóticas se estabelecem, elas entram na cadeia e a retirada delas tem que ter o cuidado para não gerar impacto na fauna e flora que já estão adaptadas. Muitas espécies já estão há muito tempo e muito adaptadas ao país, foram trazidas por D. João VI para o Jardim botânico e acabaram sendo distribuídas para a população e com o tempo essas espécies foram sendo disseminadas pelo país (palmeira real, manga, jamelão, jambo, amendoeira). Salvador explica que a proposta é ativar o programa iniciando pela flora por ser a base da cadeia, especificamente pela leucena e amendoeira, passando depois para a

fauna. Salvador explica que o PRAD Marapendi, atrás do Citta America, está sendo um laboratório para várias experiências que estão sendo vitoriosas e comenta que outro local que está sendo trabalhado é uma área com placa do Condomínio Nova Ipanema, na Sernambetiba, próximo a Ayrton Senna, onde está sendo feito o controle das amendoeiras e plantio de espécies nativas de restinga principalmente paludosa de área brejosa. Sobre outras espécies, ele comenta que o algodoeiro do brejo tem pouca representatividade, mas compete com o mangue e precisa ser controlada e a que casuarina tem sua área mais significativa nas margens da lagoa de Marapendi, onde se pretende fazer um trabalho de erradicação. Salvador mostra fotografias de várias áreas infestadas e comenta que as leucenas encarem o trabalho de manutenção do paisagismo da cidade. Também comenta que a Comlurb não tem a orientação adequada sobre o manejo e retirada de leucenas. Sobre a retirada, Salvador explica que a CRA tem testado sem muito sucesso medidas alternativas de controle de rebrotação dos tocos, sem uso de herbicida. Salvador ressalta que é necessário cuidado com as sementes que ficam enterradas e são viáveis por anos podendo brotar com muita força depois de retiradas as árvores. Salvador explica que a utilização de leucenas pelo Reflorestamento da Prefeitura aconteceu devido a um problema grande de capim colonião, sendo a única planta que consegue competir com ele. Foi trazida para o Rio uma variedade cujas mudas foram oferecidas pela Vale do Rio Doce para o reflorestamento do Rio de Janeiro, com objetivo de reflorestar os morros com velocidade. A leucena é bastante resistente, venceu o capim colonião, porém se espalhou sem controle. Um dos meios de dispersão da leucena é pelo entulho de material de demolição, que leva junto as sementes em estado latente que assim de espalham, às vezes para áreas de aterro, perpetuando o ciclo de dispersão.

Salvador explica que as plantas exóticas invasoras tem mecanismos que impedem o crescimento da vegetação nativa. Dentro do leucenal poucas plantas crescem e as que crescem só vão ate determinado ponto, parando o desenvolvimento. Em relação às casuarinas, o solo fica recoberto com suas acícolas que impedem o crescimento de outras plantas. Já a amendoeira cria um sombreamento tão forte debaixo dela que impede a germinação de outras plantas.

Cíntia Souza (Ecomarapendi) sugere a recuperação da área do Camping Club ao lado do Morro do Rangel que está cheia de exóticas, porém Salvador explica que em área privada é necessário a autorização do proprietário.

Salvador continua explicando que a estratégia do Programa de erradicação é vir de cima pra baixo, de montante pra jusante, ficando as áreas da praia para o final. A ideia é começar do alto nas vias expressas que são difusoras de sementes e ir descendo com os trabalhos de erradicação na direção da baixada. A eliminação tem custo alto para o corte, destoca da raiz e também a manutenção por 3 ou 4 anos para total eliminação. As sementes são viáveis por 2 a 3 anos.

Salvador mostra Mapeamento da infestação com indicação da localização de manchas onde existem as leucenas na cidade, onde é possível observar que as Unidades de Conservação são praticamente os únicos remanescentes de vegetação nativa e, portanto precisam ser protegidas. Deu exemplo de saibreira na Covanca que fornece para a construção civil em toda a cidade e por conter leucenas naqueles morros, foi a grande responsável pela difusão das sementes pela cidade e conclui que a erradicação nesses locais fontes de sementes tem que ser atacados em primeiro lugar.

Vladimir acrescenta a informação de que as leucenas tem preferência por locais sem vegetação então locais como o Bosque da Barra, citado por Luís Edmundo tem um pouco mais de proteção.

Salvador comenta que em Guaratiba, por exemplo, não havia e elas foram introduzidas recentemente pela obra de alargamento da continuação da Avenida das Américas.

Vladimir comenta que devido ao fato das leucenas nascerem em qualquer lugar, sua fixação é ruim e elas acabam por cair com facilidade em eventos de ventos fortes.

Salvador explica que o Programa deverá ser permanente a exemplo do Mutirão Reflorestamento, tem que ser um programa de longo prazo, de erradicação e replantio de nativas no mesmo local. É um programa contra as espécies exóticas que se iniciará com as leucenas, mas terá desdobramento para a erradicação de exóticas de flora e fauna protegendo permanentemente as Unidades de Conservação. Existe a ideia de envolver outros órgãos no programa para facilitar a implantação como, Comlurb, Rio Aguas, Geo-Rio, INEA, ANAC, Rede Ferroviária. Salvador explica que ser criada legislação que facilite, desonere e incentive o proprietário privado a cooperar e exemplifica que não pode existir taxa para cortar uma exótica invasora, pois o particular já irá gastar dinheiro com o corte, além disso, a prefeitura deverá fornecer a mudas para plantar no lugar na exótica retirada.

Luiz Edmundo lembra que além da retirada deve existir disposição correta dos resíduos para não haver a contaminação de outras áreas.

Salvador responde que a ideia é criar um local na Colônia Juliano Moreira para tratamento desses resíduos, onde eles serão triturados, compostados, tornados inócuos e redistribuídos como adubo. O trabalho de erradicação inclui a retirada das sementes com varrição do solo, peneirar e ensacar as sementes para que depois sejam eliminadas de forma correta. O material lenhoso da leucena dificilmente rebrota, pode ser triturado e ter os cavacos espalhados no solo para enriquecerem com nutrientes, eles vão apodrecendo e liberando os nutrientes lentamente no solo.

Salvador explica que outro procedimento utilizado é induzir a germinação das sementes durante 3 meses, retirando as plantas que nascem antes de plantar as novas mudas. Como exemplo de custo de uma recuperação deste tipo Salvador cita a erradicação do leucenal na área do PRAD Marapendi (atrás do Shopping Downtown) com 3 hectares que terá um custo de 1,5 milhões de reais investidos ao longo de 4 anos de trabalho. O custo pode diminuir com a entrada da Comlurb que já realiza serviços de poda pela cidade, incluindo esse trabalho mais específico no seu custo.

Salvador complementa que a Comlurb já realiza serviços que eram da FPJ. Outra solução é a reativação da FPJ ou a Comlurb realizar esse tipo de serviço.

Luiz Edmundo sugere que o programa seja apresentado para as outras secretarias, para a diretoria da FPJ e solicita a Augusto (representante do Gabinete SMAC) que providencie o contato do secretário Marcelo com Felipe Michel apresentando o programa para a FPJ com objetivo de sensibilizá-lo para o problema.

Salvador diz que o prognóstico caso nada seja feito é que se perca toda a APA de Marapendi, o Bosque da Freguesia também já está sendo colonizado. Além disso, há um enorme impacto na manutenção de praças, canteiros. Já existe risco para o PNM Prainha, apareceram leucenas na área onde houve um deslizamento há algum tempo.

Salvador complementa que a cidade corre o risco de ter no futuro Unidades de Conservação protegendo leucenas. Em consequência iremos perder biodiversidade como avifauna, insetos.

É perguntado se existe prazo para envolver os cidadãos no programa. Salvador explica que as alterações na legislação são necessárias para desonerar e não haver punição para a retirada dessas exóticas para depois

começar a envolver a sociedade. Ao se implantar o Programa de forma contínua entra-se com a divulgação, informação e esclarecimento e as alterações da legislação para trazer a sociedade para contribuir sem ser punida, e com o objetivo de se conseguir diminuir os custos da implantação do programa.

Vladimir pergunta se já existe uma política pública de erradicação de exóticas. Salvador explica que existem decreto e resolução publicados com lista de espécies, com indicação de possibilidades de desoneração do corte de espécies exóticas, mas está só no papel, é necessário estruturar e botar para funcionar.

Vladimir comenta que é necessário fazer planos de ação diferenciados para as especificidades de cada exótica e sugere que se apresente a política de erradicação de exóticas ao secretário antes de levar essa proposta para a FPJ.

Luiz Edmundo comenta que a presença do Augusto é fundamental nesse aspecto para levar ao conhecimento do Secretário a seriedade deste problema e para que se possa começar a construir o Programa de Erradicação e tirá-lo do papel.

Vladimir conclui que o Programa é maior do que a CRA, envolve outros técnicos para tarefas como mapeamento, por exemplo, envolvendo toda a secretaria.

Denise (Rio Ambiental) conclui que é necessário esclarecer os vereadores para sensibilizá-los para a questão da desoneração e também trabalhar com a imprensa para o esclarecimento da população em geral sobre o poder de destruição dessa espécie e sugere a montagem de um grupo de trabalho para que a sociedade possa colaborar com a montagem do programa.

Salvador explica que é necessário trabalhar principalmente com a Comlurb e Secretaria de Fazenda. O custo para retirada e destinação correta do resíduo de uma leucena com 20 cm D.A.P. está em torno de 150 a 200 reais. Incluindo a destoca esse valor é cerca de 500 reais, onde não pode ser utilizado herbicida. Dependendo do local, como por exemplo, dentro de UC, o procedimento é diferente de em canteiro de uma avenida. A utilização de herbicidas como, por exemplo, o glifosato, é necessário muito cuidado pelo perigo, eventualmente tendo que até interditar a área, porém o uso de herbicidas é proibido na área urbana e a CRA não utiliza. Para destocar pode-se utilizar retroescavadeira que equivale a 6 pessoas removendo a raiz com machado, depois passar corda nas raízes e colocar em caminhão, operação cara e complexa com risco inclusive de romper tubulação existentes no subsolo. Salvador explica que no PRAD Via Parque Marapendi havia espaço e não havia nada no subsolo, então foram utilizadas retroescavadeiras com esteira que arrancaram as raízes e posteriormente elas foram arrumadas na margem com as raízes voltadas para o canal de Marapendi formando uma espécie de muro para evitar acesso na área a partir do canal. Foi uma operação gigantesca que assustou a fauna e a população que passava, gerou muitas denúncias, que aconteceram apesar da campanha de informação, e demandaram respostas ao público.

Após o fim da apresentação, Luiz Edmundo conclui propondo dois encaminhamentos:

- O primeiro encaminhamento é solicitar a Augusto, representante do secretário, que o Salvador repita a apresentação para um grupo de Secretários (principalmente FPJ, Comlurb e outras como SMO, Rio Águas e Geo-Rio) convocados pelo Secretário de Meio Ambiente Marcelo Queiroz para conscientizar do tamanho do problema e dos custos gerados pela disseminação dessas exóticas. para apresentar o “Programa Municipal de Controle de Espécies Exóticas Invasoras” e tentar estabelecer uma força tarefa para avançar com o Programa de forma conjunta.

- Segundo encaminhamento é o de apresentar o “Programa Municipal de Controle de Espécies Exóticas Invasoras” à Câmara Técnica do Fundo (FCA) em sua próxima reunião objetivando levar o assunto para o CONSEMAC.

Luiz Edmundo comenta que a CT do Fundo está trabalhando na questão do aporte de verbas oriundas dos Royalties de petróleo para aumentar o afluxo de recursos para que o FCA possa ser mais ativo.

Os membros presentes aprovam o encaminhamento.

Luiz Edmundo agradece novamente a Salvador Benevides pela apresentação e encerra a reunião às 11h40min.

- PAUTA para próxima reunião:

1. Aprovação das atas 96 e 98;
2. Notícias sobre encaminhamentos da plenária do Consemac de 13/08;
3. Apresentação do convidado Marcos Sant’Anna Lacerda, Diretor-Presidente de Comitê de Bacia da Baía da Guanabara, sobre o tema “Comitês de Bacia, o CBH-BG e os Subcomitês da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Sistema Lagunar de Jacarepaguá”.

- DATA da próxima reunião: 28/08/2019